

Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - UPA Santa Paula 24h (UPA Porte II)

CNPJ 23.453.830/0027-09

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

Balancos Patrimoniais	Notas	2024	2023
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.525.858	1.379.097
Contas a receber	5	686.601	672.594
Estoques	6	325.890	283.317
Outros créditos		7.740	48.103
Despesas antecipadas		30.634	61.633
Depósitos judiciais	13	—	732
Contratos de gestão	3m	15.746.447	20.177.820
Total do Ativo Circulante		18.323.170	22.623.296
Não Circulante			
Partes relacionadas	12	329.567	212.181
Contratos de gestão	3m	—	13.451.880
Imobilizado - Próprio	7	80.161	76.245
Total do Ativo não Circulante		409.728	13.740.306
Total do Ativo		18.732.898	36.363.602

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	183.687	605.081	788.768
Incorporação ao patrimônio social	605.081	(605.081)	—
Superávit/(déficit) do exercício	—	(698.818)	(698.818)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	788.768	(698.818)	89.950
Incorporação ao patrimônio social	(698.818)	698.818	—
Superávit/(déficit) do exercício	—	(429.804)	(429.804)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	89.950	(429.804)	(339.854)

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras

1. **Contexto Operacional:** **a. Objetivos Sociais:** A Unidade de Pronto Atendimento Santa Paula, da Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa (PR), funciona 24h por dia e são voltados para atendimentos de urgência e emergência, com pediatras, clínicos e enfermeiros para um atendimento de qualidade e eficácia aos usuários, com base no Protocolo de Manchester, que classifica o grau de problema. Na unidade também estão disponibilizados exames laboratoriais, raios-x, aplicação de medicamentos, inalações e eletrocardiograma. A UPA está situada à Rua Nicolau Kluppel Neto, 1645, Bairro Contorno, cidade de Ponta Grossa/PR. **b. Contrato de Gestão:** A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 28 de setembro de 2022, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 048/2022, vigente até 28/09/2025. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCEP/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.17549/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021. **c. Déficit do Exercício de 2024:** Em 2024 a UPA arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 429.804 no exercício. Como consequência, o UPA apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 622.732 em 31 de dezembro de 2024. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação do Hospital em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** **a. Declaração de Conformidade:** Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei Complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 03 de Abril de 2025. **c. Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado:** **i. Reconhecimento e Mensuração:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Máquina e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Móveis e Utensílios Hosp.	10%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo,

Balancos Patrimoniais	Notas	2024	2023
Passivo e Patrimônio Social/Circulante			
Fornecedores	8	1.579.303	1.207.603
Obrigações trabalhistas	9	1.080.099	1.026.367
Obrigações sociais	10	253.855	204.756
Obrigações fiscais		47.531	37.423
Outras contas a pagar	11	188.507	83.264
Partes relacionadas	12	50.160	84.539
Contratos de gestão	3m	15.746.447	20.177.820
Total do Passivo Circulante		18.945.902	22.821.772
Não Circulante			
Provisões para contingências	13	126.850	—
Contratos de gestão	3m	—	13.451.880
Total do Passivo não Circulante		126.850	13.451.880
Patrimônio Social			
Patrimônio social		89.950	788.768
Superávit (déficit) acumulado		(429.804)	(698.818)
Total do Patrimônio Social		(339.854)	89.950
Total do Passivo e Patrimônio Social		18.732.898	36.363.602

a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2024 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido à sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** Em 2023, a Administração da UPA concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa à obrigação de execução do contrato pactuado.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:	2024	2023
Caixa em espécie	124	—
Banco conta movimento	—	—
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.525.734	1.379.097
Total	1.525.858	1.379.097
As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. 5. Contas a Receber: Referem-se aos valores a receber conforme contrato número 048/2022 com a Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa referente serviços de gestão da Unidade de Pronto Atendimento - UPA Santa Paula, conforme apresentado.		
Contrato número 048/2022 - FMS Ponta Grossa	686.601	672.594
Total	686.601	672.594
Aging List	2024	2023
A vencer	—	168.148
Até 30 dias	263.562	504.446
De 31 a 60 dias	263.561	—
De 61 a 90 dias	152.024	—
De 91 a 180 dias	7.454	—
De 181 a 360 dias	—	—
+ de 360 dias	—	—
Total	686.601	672.594
8. Estoques:	2024	2023
Drogas e medicamentos	147.909	140.625
Materiais de uso do paciente	148.417	126.576
Limpeza e higienização	16.783	9.400
Materiais de expediente e impressos	7.117	4.167
Gêneros alimentícios	4.911	2.365
Dietas enterais e parenterais	753	184
Total	325.890	283.317
Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.		

7. Imobilizado:

	Eq. Infor- mática	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios Utensílios	Hosp.	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Saldo inicial	—	—	4.139	—	4.139
Aquisições	449	53.694	18.914	4.050	77.107
Transferências	—	—	—	—	—
Baixas	—	—	—	—	—
Depreciação	(13)	(3.076)	(1.797)	(115)	(5.001)
Saldo contábil líquido	436	50.618	21.256	3.935	76.245
Em 31 de dezembro de 2024					
Saldo inicial	436	50.618	21.256	3.935	76.245
Aquisições	—	3.288	3.864	5.419	12.571
Transferências	—	715	(1.805)	1.090	—
Baixas	—	—	—	—	—
Depreciação	(90)	(5.383)	(2.478)	(704)	(8.655)
Saldo contábil líquido	346	49.238	20.837	9.740	80.161
8. Fornecedores:				2024	2023
Materiais e medicamentos				155.852	139.196
Serviços				440.595	231.430
Serviços médicos				701.440	669.680
Diversos				281.416	167.297
Total				1.579.303	1.207.603
9. Obrigações Trabalhistas:				2024	2023
Ordenados e salários a pagar				551.844	487.428
Provisão férias				489.248	499.201
Provisões FGTS s/férias				39.007	39.738
Total				1.080.099	1.026.367
10. Obrigações Sociais:				2024	2023
INSS a recolher				67.428	56.987
FGTS a recolher				74.441	66.725
IRRF s/folha a recolher				102.196	72.162
Contr. sindical				9.790	8.882
Total				253.855	204.756

Demonstrações de Resultados	Notas	2024	2023
Receitas Operacionais			
Serviços prestados pacientes SUS		22.248.423	20.177.820
Serviços prestados convênios e particulares		—	—
(-) Glosas		(15.000)	(35.700)
Receita Líquida		22.233.423	20.142.120
Custos			
Serviços de terceiros		(11.425.327)	(9.921.447)
Pessoal e encargos		(6.438.059)	(6.085.406)
Materiais e medicamentos		(2.045.043)	(2.163.789)
Superávit/(Déficit) Líquido		2.324.994	1.971.478
Despesas			
Pessoal e encargos		(1.609.515)	(1.521.351)
Serviços de terceiros		—	—
Impostos, taxas e contribuições		(2.147)	(3.714)
Depreciação/amortização		(8.655)	(5.001)
Despesas gerais e administrativas	14	(1.236.002)	(1.202.199)
Superávit/(Déficit) Antes do Resultado Financeiro		(531.325)	(760.787)
Financeira Líquidas			
Despesas financeiras		(4.005)	(15.603)
Receitas financeiras		105.526	73.488
Superávit/(Déficit) Antes de Outras Despesas e Receitas		(429.804)	(702.902)
Outras Despesas e Receitas			
Doações e subvenções		—	—
Outras receitas e despesas		—	4.084
Superávit/(Déficit) do Exercício		(429.804)	(698.818)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2024	2023
Atividades Operacionais		
Superávit/(Déficit) do Exercício	(429.804)	(698.818)
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa		
Depreciação/amortização	8.655	5.001
Provisões para contingências	126.850	—
Superávit/(Déficit) do Exercício Ajustado	(294.299)	(693.817)
(Aumento)/Redução do Ativo		
Caixa a receber	(14.007)	806.194
Estoques	(42.573)	116.336
Outros créditos	40.363	(47.558)
Despesas antecipadas	30.999	683
Depósitos judiciais	732	(732)
Aumento/(Redução) do Passivo		
Fornecedores	371.700	138.104
Obrigações trabalhistas	53.732	478.819
Obrigações sociais	49.099	75.044
Obrigações fiscais	10.108	12.649
Outras contas a pagar	105.243	83.264
Fluxo de Caixa Gerado/(Consumido) pela Atividade Operacional	311.097	968.986
Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(12.571)	(77.107)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	—	—
Fluxo de Caixa Consumido pela Atividade de Investimento	(12.571)	(77.107)
Atividades de Financiamento		
Partes relacionadas	(151.765)	(130.146)
Fluxo de Caixa Gerado/(Consumido) pela Atividade de Financiamento	(151.765)	(130.146)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	146.761	761.733
No início do exercício	1.379.097	617.364
No fim do exercício	1.525.858	1.379.097
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	146.761	761.733

11. Outras Contas a Pagar:	2024	2023
Seguros a pagar	—	3.102
Verba piso salarial da enfermagem (i)	188.507	80.162
Total	188.507	83.264

(i) No ano de 2023/2024, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.

12. Partes Relacionadas:	2024	2023
Hospital São Vicente de Paulo	110.559	110.559
Upa Santana (UPA PORTE II)	164.354	—
Sede Administrativa	54.654	101.622
Total Não Circulante	329.567	212.181
Passivo		
Sede Administrativa	50.160	84.539
Total Circulante	50.160	84.539

O saldo a pagar em 2024 no passivo circulante de R\$ 50.160 (R\$ 84.539 em 2023), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão. **13. Provisões para Contingências e Depósitos Judiciais:** **a. Processos com prognóstico de perda provável:** A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída para fazer face aos processos.

Provável	2024	2023
Cível	—	—
Trabalhista	126.850	—
Total	126.850	—

b. Processos com prognóstico de perda possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

Possível	2024	2023
Cível	7.436.894	6.864.574
Trabalhista	356.145	—
Total	7.793.039	6.864.574

14. Despesas Gerais e Administrativas:	2024	2023
Serviços de gestão	(601.759)	(605.307)
Água e esgoto	(91.665)	(93.549)
Viagens e hospedagem	(37.874)	(25.714)
Fretes e carretos	(350)	(230)
Lanches e refeições	(703)	—
Provisões para contingências	(126.850)	—
Outros	(376.801)	(477.399)

→ continuação

16. Cobertura de Seguros: Em 2024, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **17. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2024	2023
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.525.734	1.379.097
Contas a receber	686.601	672.594
Total ativos financeiros	2.212.335	2.051.691

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte II - Santa Paula - Ponta Grossa - PR. **Opinião com Ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Unidade de Pronto Atendimento - UPA Porte II - Santa Paula, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do déficit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o findo naquela data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no tópico "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Unidade de Pronto Atendimento - UPA Porte II - Santa Paula, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** O sistema de controle e gestão de estoques utilizado pela UPA é vinculado e gerido pela Fundação Municipal de Saúde do Município de Ponta Grossa - PR e, consequentemente, não pudemos realizar outros procedimentos de auditoria sobre os consumos e utilização de materiais e medicamentos no decurso das atividades da UPA, que fossem suficientes para concluirmos sobre a efetividade dos controles internos e sobre movimentações de estoque realizadas no sistema. Nestas circunstâncias, não pudemos concluir sobre: a. a adequação dos controles internos e acessos sistêmicos para movimentação e reconhecimento dos custos de materiais e medicamentos consumidos no período e apresentados ao resultado do exercício no montante de R\$ 2.045.043, na rubrica de custos com materiais e medicamentos; e b. a adequação dos controles internos e acessos sistêmicos para conclusão sobre efetividade de apuração de quantidades e valorização dos estoques apresentados pelo montante de R\$ 325.890 em 31 de dezembro de 2024. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto. **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo o reembolso de despesas compartilhadas com sua Sede Administrativa. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Patrimônio social negativo e continuidade operacional:** Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de elevação de custos da operação de gestão da Unidade que contribuíram substancialmente para o déficit de R\$ 429.804 apurado no exercício e considera como determinante para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato. Em 31 de dezembro de

Fornecedores

Total passivos financeiros

18. Gestão de Riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: i. **Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. ii. **Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

2024, a UPA possuía excessos de passivos sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 622.732. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com princípio de continuidade operacional e nenhuma provisão ou ajuste foram realizados relativos ao assunto mencionado. **Imobilizado de gestão:** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c) e 6, chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, recebido do Ente Público, não foi reconhecido contabilmente, em virtude de não ter sido valorizado pelo poder concedente. A Administração considera que estes imobilizados serão integralmente revertidos ao poder concedente (Fundo Municipal de Saúde de Ponta Grossa - PR), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade está em processo de avaliação de valorização dos itens recebidos e optou por não adotar as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Outros assuntos:** Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 19 de abril de 2024, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

- UPA Santa Paula 24h (UPA Porte II)

maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **19. Eventos Subsequentes:** Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 048/2022 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 28 de setembro de 2025. **Renovação CEBAS - INDSH:** Conforme mencionado na nota explicativa 1 - contexto operacional, a Entidade obteve deferimento para renovação do CEBAS para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 em 12/02/2025, junto ao Ministério da Saúde, constante do processo 25000.175499/2023-33.

Ponta Grossa - PR, 03 de Abril de 2025
Clemência Moreira de Souza
Diretora Executiva - CPF: 553.218.289-20
Ediane Pacheco Lemos
Contadora - CRC - SP - 324161/O

nos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de abril de 2025



PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP nº 2SP 14.712/O-2

Heitor Piovam
Contador CRC 1SP 331.721/O-6

38483/2025

MANTENHA SEU CADASTRO SEMPRE ATUALIZADO

DESTA FORMA, PODEREMOS ENTRAR RAPIDAMENTE EM CONTATO E SANAR EVENTUAIS DÚVIDAS QUE OCORREM DURANTE A DIAGRAMAÇÃO

A atualização deve ser feita através do email:
dioe@ccivil.pr.gov.br